

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 9 | Nº 26 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5999002>



DESCONFIANÇA PERANTE A DEMOCRACIA E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Walleson Willian Cândido Lourenço¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar como a desconfiança de parcela significativa dos brasileiros tanto em suas instituições democráticas, quanto em relação à própria democracia, influenciou a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se das teorias institucionalistas e, especialmente, culturalistas. Assim, percebemos como possíveis fatores explicativos, por um lado, a recente democracia brasileira que conserva resquícios do passado ditatorial na sua cultura política. Por outro lado, as distorções entre o funcionamento das instituições democráticas, em um contexto de incentivo às “democracias delegativas”, que “orienta” parcela dos cidadãos a se identificar com lideranças carismáticas que se apresentam como outsiders dentro desse sistema político descreditado. No cenário em que os meios de comunicação tiveram papel central nas disputas eleitorais.

Palavras chave: Cultura Política; Democracia; Eleições de 2018; Instituições.

Abstract

This article aims to analyze how the distrust of a significant portion of Brazilians both in their democratic institutions and in relation to democracy itself, influenced or the election of President Jair Bolsonaro. For this, we conducted a bibliographic research, using institutionalist and, especially, culturalist theories. Thus, we perceive as possible explanatory factors, on the one hand, the recent Brazilian democracy that preserves traces of the dictatorial past in its political culture. On the other hand, as distortions between the functioning of democratic institutions, in a context of incentive to “delegative democracies”, which “guides” part of the citizens to identify themselves with charismatic leaders who present themselves as outsiders within this discredited political system. In the scenario in which the media played a central role in electoral disputes.

Keywords: 2018 Elections; Democracy; Institutions; Political Culture.

INTRODUÇÃO

Nas eleições de 2018 observamos inúmeros desdobramentos políticos que a tornaram um caso incomum na realidade brasileira. Um cenário político nacional polarizado, sobretudo nas redes sociais, entre orientações político-ideológicas da esquerda e da direita conservadora. Então representadas, respectivamente, pelo candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Dentro de um contexto de expressivo sentimento de antipolítica por parte de muitos brasileiros.

Para a constituição desse cenário, alguns acontecimentos históricos recentes destacaram-se, principalmente durante a após o período das eleições de 2014. Desses podemos destacar a megaoperação da Polícia Federal que se realizou em consonância com o Ministério Público Federal, tendo por finalidade investigar crimes financeiros realizados por doleiros (GOYA; FIACADORI; SANTOS, 2019). Em que nesse período a operação direcionou-se especialmente para investigação de

¹ Cientista Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail para contato: wallesonlouren-co@gmail.com



supostos desvios de dinheiro público na Petrobras, motivado pela detenção do doleiro Alberto Youssef. Resultando em prisões preventivas, delações premiadas e condenações que permitiram as autoridades constatar o envolvimento de diversos empreiteiros, figuras políticas e burocratas em esquemas de corrupção (PENTEADO; LERNER, 2018)

Tivemos, ademais, declarações de doleiros que diziam que Lula e Dilma tinham conhecimento dos casos de corrupção na Petrobras (TATAGIBA, 2018). As quais impactaram a campanha de reeleição de Rousseff, no sentido de que se desenvolveu um clima hostil e polarização ideológica tanto na internet quanto nas ruas entre grupos de esquerda e de direita. Fazendo com que sua reeleição se desse com uma margem de somente 3% em relação ao segundo colocado, Aécio Neves (CHAIÁ; BRUGNAGO, 2014).

Posteriormente, já em meados de 2015 observamos o início do processo de impeachment dessa mesma ex-presidenta. Evento esse motivado principalmente pela ação de grupos opositores, tanto àqueles pertencentes às redes sociais, quanto os da câmara dos deputados, dentre os quais se sobressaíram o ex-presidente da câmara, Eduardo Cunha, que deu início a todo o processo (TATAGIBA, 2018). Sem deixar de levar em conta, evidentemente, o cenário de recessão econômica que aliado à reprovação das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União, tiveram também ampla influência nesse fenômeno político.

Assim, em 2016, marcado por ondas de protestos contra casos de corrupção, tivemos a efetivação da aprovação do impeachment de Dilma Rousseff, perdendo seu mandato pelo que constataram enquanto crime de responsabilidade. Assumindo na sequência o vice-presidente Michel Temer que, por sua vez, também não deixou de ser alvo de operações de suposto crime de corrupção. O que ocasionou em 2017 mais ondas de protestos pelo país, motivados por esse mesmo sentimento indignação perante casos de corrupção.

Por conseguinte, no ano de 2018, portanto, vimos acontecimentos marcantes para o resultado das eleições desse mesmo ano. Dentre esses, o impedimento legal da candidatura de Lula, o qual liderava as pesquisas, em virtude dos efeitos da prisão decretada pelo Juiz Sergio Moro, pelos supostos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva no que tange ao caso do triplex de Guarujá. E a constituição, por sua vez, de movimentos sociais unidos em volta do sentimento de profunda rejeição aos políticos tradicionais, os quais tiveram seu maior reconhecimento e projeção realizada pelos meios de comunicação, principalmente nas redes sociais.

De forma geral, a constituição desses grupos se deu no contexto da prisão desse mesmo ex-presidente. Estabeleceu-se dessa forma, de um lado, aqueles que o defendiam, afirmando tratar-se de



uma perseguição política; do outro, os defensores de sua prisão, enquanto a figura que representaria a justiça sendo feita em relação a esses políticos tradicionais envolvidos em casos de corrupção.

Outrossim, o meio que esses grupos principalmente realizaram suas opiniões e ações, então marcadas por disputas e divergências ideológicas foram novamente as redes sociais, seguindo as mesmas estratégias de divulgação que ocorreram nas eleições presidenciais de 2014 (ALVES, 2017; FIACADORI, LERNER, DE MIRANDA PINTO, 2018). Dentre essas, especialmente, as *Fake News*, que sobretudo foram amplamente utilizadas para atacar a chapa de Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), também já muito afetado por esses mesmos escândalos de corrupção que atingiram figuras políticas de seu partido (MELO, 2018)

Nesse sentido, tendo em vista esses desdobramentos políticos, podemos assim organizá-los e sintetizá-los em dois fatores que possivelmente influenciaram o resultado dessa mesma eleição presidencial de 2018: de um lado, o descrédito que gama significativa de cidadãos brasileiros apresentavam em relação às suas principais instituições políticas, na medida que em termos de representatividade, o argumento que se projetava no cenário nacional era de que essas não atendiam às suas expectativas. Por outro lado, as consequências que decorreram de um país democrático, mergulhado em crises, as quais, por sua vez, geraram dificuldades para os cidadãos em relação ao atendimento de suas necessidades básicas.

Não obstante, levando-se em conta o exposto, o que chama a atenção e o que se constituiu enquanto uma questão importante sobre a qual essa pesquisa buscou especificamente perscrutar é justamente compreender teoricamente como um candidato que até antes das eleições era desconhecido pela maioria dos brasileiros, conseguiu ascender no cenário político como um *outsider*, ao ponto de conquistar rapidamente milhões de eleitores fanáticos e conseguir se eleger presidente.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar como a desconfiança de parcela significativa dos brasileiros, tanto em suas instituições democráticas, quanto em relação à própria democracia *per se*, influenciou a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Buscaremos compreender essa problemática mediante uma revisão das literaturas que versa acerca das correntes teóricas culturalistas e institucionalistas. Assim, embora privilegiaremos a abordagem da cultura política, contrariamente à tendência usual dos trabalhos que tentam contrapor essas duas teorias, caminharemos em uma perspectiva que as inter-relacionam. Uma vez que, partimos do pressuposto de que existem percepções dos cidadãos tanto em relação à democracia *per se* e a que se refere ao desenho das instituições públicas. E que tanto a cultura política, quanto a percepção dos cidadãos acerca dessas instituições públicas, influenciaram o fenômeno da desconfiança e, em consequência, o resultado das eleições.



CULTURA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES

Quando buscamos analisar a relação dos indivíduos para com a democracia, com vistas a compreender as influências que incidem em sua adesão ou não ao regime, encontramos no âmbito da ciência política pelo menos duas abordagens teóricas que se utilizam e privilegiam determinadas variáveis explicativas no que tange a essa problemática: uma que leva em conta o fator cultura política, e a outra, decorrente do institucionalismo, que observa a avaliação do desempenho das instituições democráticas.

Os teóricos da primeira teoria trabalham com indicadores que buscam medir o grau de interesse que determinado grupo possui em relação aos assuntos políticos. Sendo assim, a abordagem da cultura política considera, conforme Silva (2012, p. 42) ao citar Peschard (2001):

O conjunto de valores, concepções e atitudes que são orientadas especificamente para o âmbito político, ou seja, todo o conjunto de elementos que configuram uma espécie de percepção subjetiva de uma determinada sociedade a respeito do poder.

No estudo pioneiro sobre cultura política, temos a contribuição de Gabriel Almond e Sydeney Verba em sua obra, *The Civic Culture* (1965), onde eles realizaram comparações no que tange às atitudes e orientações dos cidadãos de vários países sobre assuntos políticos, com vistas a analisar as condições culturais propícias ou favoráveis ao estabelecimento da democracia e à manutenção da estabilidade do sistema democrático. Consideram importantes, em termos de explicação, o conhecimento, a relação e identificação da população em relação às questões políticas e suas respectivas avaliações.

Outrossim, nessa perspectiva teórica também encontramos Moisés (2010), o qual postula que essas atitudes, crenças e valores políticos, como orgulho nacional, respeito pela lei, participação, interesse pela política e dentre outros aspectos, os quais afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública, têm longa duração no tempo e influenciam os cidadãos a aceitarem ou não o regime democrático como sua alternativa preferencial. Sendo imprescindível, segundo ele, refletir que em contextos em que observamos transformações geracionais, processos de modernização econômica e social sobre os valores políticos, podem ocasionar mudanças de orientações nos cidadãos.

Na mesma linha de raciocínio, esse destaque dado pela teoria em relação às atitudes de massa dos cidadãos, detém correlação com outra perspectiva que é de suma importância se pensar: o de capital social. Nessas análises, elementos como confiança, normas, cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica são importantes para se pensar equilíbrios estáveis e desejáveis em qualquer contexto democrático (PUTNAM, 2006). Para Francis Fukuyama (2002), ainda, em sua compreensão acerca do



capital social: valores e normas informais, compartilhados por membros de um grupo, permitem-lhes cooperar entre si, na medida que isso se desenvolve numa relação de confiança, a qual leva qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência.

Não obstante, uma segunda teoria apresenta-se enquanto uma alternativa em relação às contribuições e abordagens culturalistas, a saber, as teorias institucionalistas da democracia. Segundo Moisés (2010, p. 86), grosso modo, elas se propõem:

Avaliar a institucionalização da democracia a partir de dados sobre eleições, competição entre partidos e o funcionamento dos sistemas presidencialistas e parlamentarista, valendo-se de indicadores agregados de instituições políticas, desempenho de governos ou a relação do executivo e o legislativo.

Para além dessa explicação nos adverte que na medida que os valores políticos ou as orientações normativas não são levados em conta, mas apenas a eficácia das instituições com relação aos fins almejados pelos atores políticos; se desenvolve, assim, a concepção de que os comportamentos, decisões e o desenho das instituições são produtos da escolha racional desses mesmos atores, os quais ainda avaliam coletivamente o sistema político.

Dessa forma, podemos perceber que o pressuposto dessa teoria é o de que atitudes de apoio ou de confiança política, decorre dessas avaliações de curto prazo, realizadas pelos indivíduos, mediante cálculos de relação custo/benefício do desempenho institucional.

Assim, trata-se de uma linha de raciocínio que Moisés (1990) considera que a cultura democrática não existe de antemão e independente das instituições políticas da democracia. Na qual caminha, ademais, na perspectiva de que se, por um lado, o bom funcionamento das instituições podem fomentar crenças democráticas; por outro; por outro, elas podem, entretanto, quando funcionam mal, solapar a crença da população na democracia. Corroborando para a sua ideia central de matriz institucionalista: não é necessário que exista de antemão uma cultura política de certo tipo para que o regime democrático possa se implantar.

ANÁLISE DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

Os estudos que consideram a dimensão da cultura política na realidade brasileira buscavam, efetivamente, analisar o papel que as percepções de orientações de cunho democrático detinham no transcurso do regime autoritário que data 1964 para a democracia (SILVA, 2012). Muito deles se utilizando de pesquisas e métodos de coleta de dados *surveys* visando analisar os aspectos da cultura política no país. Estes, por sua vez, levavam em conta essa transição de um regime ditatorial para a



democracia, com vistas a captar, através da memória desse passado e das experiências presentes, o posicionamento deles em relação a esses tipos de regime, ou até sua aversão a eles. Sobre isso, compreendendo enquanto importante a análise de suas implicações no caso brasileiro, isto é, considerações acerca de como se deu esse processo de transição. Haja vista que deteria consequências para a formação da cultura política brasileira.

Segundo Moisés (2010), no Brasil, o processo de democratização resultou de iniciativas dos representantes do antigo regime por meio de negociações com lideranças democráticas. Uma ambiguidade que esteve fortemente presente na votação de 1988, em que esses antigos representantes participaram de deliberações acerca da duração do mandato presidencial, do sistema de governo, as relações entre o legislativo e o executivo, e o papel do Estado na economia. Gerando, nesse sentido, interpretações controversas sobre a natureza do novo sistema.

Sistema político esse que, segundo o autor acima, constituiu-se de tal modo que tende a colocar a sua própria governabilidade em risco, aquilo que Abranches (1988) conceitua de *presidencialismo de coalizão*. Na medida que apresenta um padrão de qualidade institucional de baixa intensidade, que apresenta limites em relação à capacidade do congresso de fiscalizar e controlar plenamente as ações do executivo e a relação de representantes e representados. Sem contar as dificuldades desse sistema político de acionar mecanismos de *accountability* horizontal, afetando a própria qualidade da democracia. Formando-se, assim, um sistema político que provoca estímulos àquelas práticas evidenciadas na história brasileira, a saber, do clientelismo, patronagem, corrupção e crimes contra o patrimônio público.

Outrossim, observamos outra problemática destacada por Moises (2010), agora em relação à questão de um certo empecilho que se coloca adiante da relação entre representados e representantes nos períodos eleitorais: dependendo do número de partidos habilitados, a oferta de candidatos pode chegar a centena de milhares, o que eleva os custos de informação do eleitor, levando em conta a escolaridade e a complexidade da escolha eleitoral. Diante disso, Moisés (2010), embora acredite que é pouco provável que esses déficits institucionais coloquem em risco a sobrevivência da democracia no curto prazo; do ponto de vista da dimensão da cultura política, entretanto, ele considera que o modo de constituição e desenvolvendo desse sistema político pode impactar nas percepções dos cidadãos sobre o sistema democrático, na medida que afeta dimensões da qualidade da democracia.

Nessa mesma linha de raciocínio, outro fator que aprofunda o descrédito da opinião pública nos partidos e no congresso nacional é a adoção de métodos que desqualificam a relação entre os partidos e deles com o governo. Por exemplo, as compras de apoio político no congresso ou processos de abandono de partido para aderir a base de sustentação do governo. Fazendo com que o povo prefira



lideranças individuais às instituições de representação. Assim, Moisés (2010) caminha na perspectiva de que os elementos apresentados, influenciam negativamente, não só na satisfação dos cidadãos com a democracia *per se*, mas também, compromete sua confiança nas instituições democráticas.

Por conseguinte, agora pensando do ponto de vista próprio da análise da estrutura das instituições em sua correlação com a dimensão da cultura política, Baquero (2008) considera que mesmo diante dessa situação descrita acima, o governo não parece disposto a abrir sua estrutura de oportunidades políticas. O que acaba gerando, em contrapartida, uma desvalorização das suas próprias instituições e provocando, paradoxalmente, a necessidade de produzir capital social. E isso se mostra importante, uma vez que quando passamos a analisar bibliográficas que buscam traçar um perfil ou “modelo do cidadão brasileiro”, destacando algumas características que consideram presentes nestes, observamos alguns traços da discussão que estamos trazendo. Por exemplo, Moisés (1990, p. 02) destaca as seguintes características:

É um eleitor despossuído, não apenas muito pobre, mas com baixíssima escolaridade e precário acesso à informação política qualificada, e isto apesar da intensa exposição aos meios de comunicação de massa (televisão e rádio); caracterizando-se, por isso mesmo, como um eleitor protestante, pois, não obstante sua crescente adesão ao regime democrático, sente-se pouco eficaz na política, não somente em função do “abismo” sócio-econômico acima referido, mas principalmente pela sensação de que o do Estado omite-se na solução dos problemas estruturais que reproduzem esta exclusão, e, daí, a generalizada reivindicação de reformas radicais sobre o controle do Estado e a crítica acerba ao caráter privatista da atuação dos parlamentares e instituições políticas (Congresso, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais) que na opinião quase unânime deveriam se pautar somente pelo interesse público.

Nessa perspectiva, através desse quadro, é possível perceber alguns dos elementos que contribuem para aquela situação paradoxal que Silva (2012, p. 146) compreende como “apoio ao regime democrático *per se*, entre parte dos brasileiros, e ampla desconfiança nos parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviço público”.

Sobre isso, Baquero (2001) compreende que é importante ultrapassar os limites de se refletir apenas as consequências do processo de desvalorização pública das instituições, sendo necessário analisar os elementos que participam da constituição dessa cultura política fragmentada e de desconfiança. A sua concepção é de que a constituição de uma confiança por parte dos membros de uma determinada comunidade está ligada à participação em organizações sociais, a uma participação política (BAQUERO; PRÁ, 2007). Sendo imprescindível, assim, do ponto de vista da dimensão política e do capital social, reforçar a importância do desenvolvimento de associações informais que estejam ligadas a organizações formais tradicionais, com vistas a formar um ambiente propício para uma cidadania mais crítica e participativa.



É nessa mesma perspectiva, portanto, que ele considera que, no caso brasileiro, as práticas autoritárias advindas dos regimes autocráticos ditatoriais, as quais prevaleceram mesmo após a abertura do regime para a democracia, contribuíram para a erosão do capital social, e até para a constituição de um capital social negativo que se manifestam em contextos em que se privilegiam práticas clientelistas, individualistas e de corrupção (SILVA, 2012).

DO AUTORITARISMO À DEMOCRACIA

As teorias do campo da cultura política, modelo teórico de análise que estamos privilegiando neste trabalho, embora ofereçam explicações pertinentes no que tange à questão dos elementos que incidem na manutenção da democracia, na medida que observa as percepções, atitudes e crenças dos cidadãos; não deixaram de ser, entretanto, objeto de críticas. A principal dessas críticas é justamente em relação ao seu suposto viés determinista, o qual acreditaria que o surgimento e a consolidação dos regimes políticos, por exemplo, o regime democrático, dependeria da existência prévia de valores congruentes com essas instituições nos cidadãos. Contrariamente a essa visão, os críticos concebem que, em contextos de democratização, esse determinismo não se efetiva nas dinâmicas da realidade prática, haja vista que seria inviável transições do autoritarismo para a democracia em situações em que os valores autoritários podem estar ou estavam, em certa medida ou totalmente arraigados na sociedade (MOISÉS, 2010).

Dessa forma, levando em conta essas considerações e em conformidade com o que foi discutido nos parágrafos anteriores, acerca da análise do contexto e das influências que incidiram nesse resultado final das eleições; caminharei, assim, na perspectiva que o contexto em que se deu a abertura no Brasil, do autoritarismo à democracia, não foi um cenário em que estava previamente presente entre os cidadãos, valores compatíveis com o novo regime, mas que ainda residia e reside resquícios do antigo regime, de um passado ditatorial, vistos nas percepções, atitudes e crenças de parte dos cidadãos brasileiros.

Nessa perspectiva, Moisés (1989) considera em outro texto, que o grande dilema de países que participam ou participaram do processo de transição política, é que eles têm de pensar nas estratégias de consolidação do novo regime, já que essa passagem não se dá de forma natural. Se estendendo sobre isso, destaca:

As sociedades que saíam da ditadura e querem ser democráticas têm de se transformar em algum ou em vários sentidos para chegarem a ser democracias modernas. E isso não se constitui, propriamente, em uma tarefa simples, por duas razões: seja por causa do peso que a experiência autoritária ainda exerce sobre essas sociedades; seja por causa das dificuldades que as forças



políticas relevantes comprometidas com o projeto democrático enfrentam para dar conta das suas estratégias, o terreno é essencialmente movediço (MOISÉS, 1989, p. 47-48).

Destarte, observamos a importância da gestão de novas formas de se conceber e de se praticar a política. Em países como o Brasil, especialmente, concebe-se que é interessante dar a devida relevância ao enfrentamento do problema da distância histórica entre as instituições políticas e os processos sociais, isto é, entre os mecanismos de tomada de decisões públicas e as experiências e expectativas populares. Problemática essa que se apresenta como sendo algo tradicional na cultura política que estimula práticas de amorfismo social, patrimonialismo, ausência de integração partidária e etc.

Nessa linha de raciocínio, Moisés (1989, p. 50) sugere uma perspectiva que compactua com as orientações deste trabalho, a saber, que “o consenso normativo que fundamenta a cultura política é sempre um consenso sobre normas, regras de procedimento, e valores compartilhados pelos diferentes grupos que formam a sociedade”. E que mudanças na cultura política são de extrema relevância, mas elas por si só detêm pouca possibilidade de mudança de cenário político se não pensarmos também no papel assumido pela engenharia institucional nesses processos de democratização política.

CONTEXTO POLÍTICO E AS INFLUÊNCIAS EM VOLTA DAS ELEIÇÕES DE 2018

Levando em conta essa discussão acima, é importante ademais compreender alguns elementos desse contexto específico e buscar entender como alguns desses, em especial, possivelmente influenciaram boa parcela dos brasileiros, a maioria em número de votos, a eleger o candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro.

O contexto e o modo que se desenvolveu as eleições de 2018 foi bastante incomum. Para Rezende (2018) teve uma excepcionalidade que se pode resumir em três pontos: o impedimento legal da candidatura do líder das pesquisas, Lula; o sentimento generalizado de rejeição aos políticos tradicionais; e a influência das redes sociais. Para ele, esse sentimento generalizado de rejeição aos políticos tradicionais é até certo ponto compreensível. Haja vista que, por mais que o ciclo democrático de mercado tenha proporcionado para a maioria da população uma melhora concreta no acesso à direitos, o povo ainda se via preso a um sistema que muito das vezes não atendia a suas demandas mais básicas. De tal maneira que já em meados de 2013 podemos perceber que essa indignação começou a ser estimulada pelos meios de comunicação de massa.

Nesse processo, afirma o cientista político, que embora o PT tenha sido o partido mais afetado, o processo se espalhou para toda a casta política. Permitindo Jair Bolsonaro então se aproveitar disso em consonância com três possíveis estratégias de atuação: o primeiro, o fato de o candidato evocar família e



religião dentro de um cenário de anomia na sociedade brasileira. Seus discursos conservadores conquistaram muitas pessoas que defendem a família tradicional e a fé cristã. O segundo, esse candidato surgir com discursos de ordem, defesa aberta do uso das forças armadas e de medidas autoritárias que se apresentam como formas práticas de resolução de conflitos, dentro de um contexto de insegurança que se apresenta nos cidadãos brasileiros decorrente das violências urbanas. E o terceiro e último ponto que se revela importante destacar: Bolsonaro surgir como um candidato que incorpora valores conservadores de grupos que visam defender seus privilégios históricos, que demonstra indignação aos avanços sociais conquistados, no período do governo do partido dos trabalhadores, por “minorias”, do ponto de vista político, como pobres, mulheres, negros e dentre outros.

Observamos, assim, a formação do cenário propício a um *outsider*, dentro desse cenário de antipolítica enraizado na realidade brasileira. Contexto esse que foi possível vislumbrar, a título de exemplo, no segundo turno das eleições de 2018. No qual, os dois candidatos à presidência, Bolsonaro (PSL) e Haddad (PT) tiveram alta rejeição popular. Isso leva a conceber que boa parte dos eleitores não votaram no candidato que apoiam, mas que detestam. Sendo importante, desta forma, destacar o perceptível o recorte de classe, gênero e regional. De um lado, as mulheres, as pessoas pobres do Nordeste tendiam a votar em Haddad. Enquanto, do outro, os homens, sulistas e classe alta tendiam a votar em Bolsonaro (REZENDE, 2018).

Nesse sentido, para além desses fatores, o autor destaca que podemos perceber que além de enfraquecer o PT, um grande feito da campanha de Bolsonaro foi ocupar o lugar que antes era do PSDB. Entrando em cena uma direita mais radical, popular e menos liberal em sentido político. Resultado esse motivado, principalmente, dentro de um cenário que ele logrou êxito em participar de um partido que pudesse chamar de seu. E sendo isso que permitiu que o Partido Social Liberal (PSL) até então pequeno e inexpressivo, se tornasse, em apenas uma eleição, a segunda maior representação no congresso brasileiro.

Assim, podemos observar como esse grande sentimento nacional antissistema também se voltou contra as lideranças tradicionais da direita. Muitos deles perderam as eleições para os candidatos apoiados por Bolsonaro. E o PT que mais sofreu com esses processos políticos recentes, manteve-se ainda com a maior bancada do congresso brasileiro (REZENDE, 2018)

A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO E A DEMOCRACIA DELEGATIVA

Conforme as discussões acima, é possível observar que não ocupa papel secundário na análise a percepção de que os rumos e desdobramentos que aconteceram no transcurso da última eleição



presidencial, fizeram dela algo incomum na realidade brasileira. Os quais, fizeram até que Rezende (2018) reconhecesse o fato de que errou ao não dar a devida importância para excepcionalidade dessa eleição. Para ele, uma das causas presentes para o desenvolvimento desses fenômenos no cenário político brasileiro foi a questão da ambiguidade e incerteza decorrente das consequências da transição histórica do autoritarismo à democracia, dentro de um contexto que não se tinha uma constituição sólida de valores e percepções positivas desse novo regime nos indivíduos. Com isso, não se quer dizer que este autor conceba que seja algo que é imprescindível, de um ponto de vista determinista, a necessidade de antemão da constituição desses valores para se dar essa transição. Porém, compreendemos que é de suma importância levar essas considerações dentro das influências que corroboraram para os desdobramentos e os resultados decorrentes das eleições de 2018.

Nessa perspectiva, compreendemos enquanto importante caminhar no pensamento teórico de que há uma divisão na sociedade brasileira, que detém ligação com o que Alberto Carlos Almeida (2007) denomina de “dois brasis” em seu livro *A cabeça do Brasileiro*. Em que faz uma revisão dos escritos de Roberto da Matta (1991 e 1997), no que tange às características da sociedade brasileira. Dessa maneira, embora não tenha o caráter generalizante, concebe que no interior da sociedade reside, em termos de tipos idealizados, cidadãos com uma mentalidade arcaica que detém as seguintes características:

a) apoia o “jeitinho brasileiro”; b) é hierárquica; c) é patrimonialista; d) é fatalista; e) não confia nos amigos; f) não tem espírito público; g) é favorável a “Lei do Talião”; h) é contrária ao liberalismo sexual; i) é a favor de mais intervenção do Estado na economia e; j) é a favor da censura (ALMEIDA, 2007, p. 26).

No que tange ao outro tipo de mentalidade, isto é, a moderna, apresenta-se enquanto o contrário de tudo isso. Sendo a escolaridade, nível de educação o que define o pertencimento dos cidadãos a um ou outro grupo. Sendo assim, o importante a relacionar aqui, é que o perfil da mentalidade do cidadão brasileiro arcaico se relaciona com algumas características e práticas que se revelam nas atitudes do presidente eleito, que são destacadas por (DI CARLO; KAMRADT, 2018; NASCIMENTO; NEVES, 2017, REZENDE, 2018; CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018).

Segundo Rezende (2018) sua campanha se deu mediante associação entre o liberalismo econômico e o conservadorismo político, correlação essa que não é algo novo no cenário político, mas que deteve um significado singular nessas eleições. Na medida em que a direita brasileira, desde 2006, percebeu que não podendo ganhar as eleições no campo econômico, precisaria, agora, utilizar-se de uma luta no campo da moral. Trazendo, assim, como questões centrais para o debate político, considerações acerca da sexualidade, drogas, aborto e direitos humanos.



Sobre as estratégias de campanha, o autor concebe que o presidente eleito é um produto da indústria cultural, tendo os programas televisivos e os meios de comunicação, principalmente, papel central. Justamente porque, segundo ele, Bolsonaro não é um bom orador, não é carismático e é despojado de qualidades intelectuais. Sem contar que segundo esse cientista político nem tudo na campanha de Bolsonaro foi dentro da lei, citando como fonte a Folha de São Paulo (2018). A qual evidencia que ela se estruturou numa extensa rede de propagandas e difusão de *Fake News* contra o principal partido contra o qual ele estava competindo. Essas mesmas que, segundo ele, chegaram a ser financiadas por empresários de forma ilegal, chegando a custar cerca de 12 milhões de reais.

Levando em conta essas considerações, é interessante correlacionar o surgimento desse *outsider*, dentro desse cenário de instabilidade, incertezas, satisfação e insatisfação com as instituições públicas e com a democracia *per se*, que ocorreu e ocorre não só no Brasil, mas na América Latina, nesse processo de transição política do autoritarismo à democracia, justamente para podermos pensar no fenômeno das “democracias delegativas”, então analisado por O’Donnell (1991). Podemos definir “democracia delegativa” da seguinte maneira:

As democracias delegativas se fundamentam em uma premissa básica: o (ou, eventualmente, a, isto é, Corazón Aquino, Indira Ghandi e, em certa medida, Isabel Perón) que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final de seu mandato. O presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional, o qual cabe a ele definir. O que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral — ele foi autorizado a governar como achar conveniente (O’DONNELL, 1991, p. 30).

Nessa perspectiva Silva (2012), trazendo essa análise para a realidade da América Latina, cita Moisés (1995, p. 28) que concebe:

Fenômenos como a “democracia delegativa” não podem, no entanto, ser inteiramente explicados se se partir exclusivamente dos fatores endógenos que condicionam a preferência dos atores por ela; é preciso levar em conta, nesse caso, o que alguns autores chamaram o “contexto” ou os fatores exógenos da escolha dos atores [...]. A idéia é que a democracia, na América Latina, é “deformada” em virtude das condições sociais nas quais tem de operar e não porque a “delegação” implique em um contraste absoluto com os princípios da democracia representativa. Os comportamentos “delegativos”, como lideranças personalistas, eleições plebiscitárias ou voto clientelista, tanto por parte dos cidadãos como das lideranças políticas, explicam-se menos pelas escolhas de curto prazo e mais por causa de padrões que decorrem das condições de extrema desigualdade social vividas pela democracia em muitos países do continente; dessa forma, condições sociais, mas também comportamentos de curto, médio e longo prazos, bem como atitudes políticas, fazem parte da mesma cadeia de causas e efeitos.

Nessa linha de raciocínio, podemos observar que o contexto de “deformação” que países da América Latina passaram no que tange às condições sociais, propiciou o surgimento de



“comportamentos delegativos”, tanto por parte das lideranças políticas quanto dos cidadãos que, por sua vez, se identificam com liderança personalistas, eleições plebiscitárias ou voto clientelista. Justamente porque a democracia delegativa consiste num tipo de democracia que conjuga práticas e instituições autoritárias com existência efetiva de direitos que caracterizam a democracia política, como eleições livres. É, efetivamente, um tipo de regime que consiste num equilíbrio entre elementos democráticos e autoritários, que nem regressa ao regime autoritário, nem progride puramente ao regime democrático. E em situações como a do Brasil, em que se observa, por um lado, uma evolução da crise econômica, deteriorando as condições sociais das massas, e, por outro lado, termos historicamente uma hipertrofia do executivo e uma concepção de que problemas relacionados às políticas econômicas é decorrente de fator “técnico”, é de se supor que esses fatores influenciam o desenvolvimento de uma política autoritária (SILVA, 1995).

Nesse ínterim, esses elementos e condicionantes, conforme Silva (1995), “induz à reprodução de um estilo autoritário de política pública, o qual representa um enorme obstáculo à consolidação democrática”. Contudo, Moisés (1995) nos apresenta sugestões de como combater essa realidade. Considera que essa situação decorre de vícios políticos herdados do nosso passado autoritário e que reside até hoje, atrapalhando a constituição e desenvolvimento de novas virtudes advindas de um regime democrático. Para ele, com vistas à efetiva consolidação democrática, é necessário romper com esse cenário que ele considera como sendo um “ciclo vicioso”. Embora detenha perspectivas positivas, alegando que houve mudanças recentes na cultura política dos brasileiros que criaram as bases sócio-políticas de legitimação democrática; ele destaca, entretanto, que pelo fato de o rompimento desse ciclo não ser algo automático e natural, requer a iniciativa de atores que na democracia moderna são os únicos que podem torná-las efetivas, a saber, as lideranças democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei neste trabalho entender quais os elementos que influenciaram e corroboraram para a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Na medida que podemos apreender alguns elementos que fizeram desse, um político até então desconhecido pela maioria da sociedade brasileira, surgir enquanto um *outsider* dentro da sociedade brasileira, conquistar milhões de fanáticos e ser eleito.

Outrossim, como tratou-se de um problema de pesquisa em que incidem muitas variáveis, busquei oferecer uma reflexão a partir de alguns fatores de análise, levando em conta a abordagem teórica da dimensão da cultura política, principalmente, mas também considerando essa em suas correlações e imbricações com a análise das instituições políticas. Cabendo destacar, nesse sentido, que



essa pesquisa não pretendeu ter um caráter conclusivo, mas apenas oferecer algumas contribuições para as análises que tratam desse problema de pesquisa, dado a importância de investigar esses desdobramentos novos que eclodiram na realidade brasileira, especificamente, nas eleições de 2018.

Assim, o objetivo foi caminhar, em linhas gerais, na busca da compreensão da importância das considerações acerca percepção, dos valores e orientações dos cidadãos em relação a manutenção da democracia, e para, especificamente, investigar os elementos que incidem na satisfação/insatisfação ou confiança/desconfiança dos brasileiros, foram feitas análises dentro de uma contextualização histórica que se revelou de suma relevância para a interpretação dessas posições. Autores como Silva (2012), Moisés (1989, 1990, 1995, 2010), Baquero e Prá (2007), Rezende (2018), dentre outros citados, foram de suma importância nesse processo.

Por conseguinte, a análise do modo em que se deu processo de transição do autoritarismo à democracia e das características do regime que se constituiu depois da promulgação do fim do regime ditatorial, revelou-se um elemento chave para a compreensão do nosso problema de pesquisa. Haja vista que podemos observar o surgimento de um sistema político que tenderia a colocar a sua própria governabilidade em risco, aquilo que Abranches (1988) conceitua de *presidencialismo de coalização*. O qual, à medida que apresenta um padrão de qualidade institucional de baixa intensidade, que apresenta limites em relação à capacidade do congresso de fiscalizar e controlar plenamente as ações do executivo, a relação de representantes e representados, provoca estímulos àquelas práticas evidenciadas na história brasileira: clientelismo, patronagem, corrupção e crimes contra o patrimônio público.

Nessa perspectiva, percebemos como a constituição das percepções, dos valores, e orientações positivas ou negativas em relação ao novo regime pelos cidadãos se deu num contexto de múltiplas influências dos resquícios desse passado ditatorial. Algumas dessas características mais presentes: o apreço pelo patrimonialismo, por uma mentalidade conservadora, hierárquica, fatalista, que apoio a censura, a “Lei do Talião”, e aquilo que Almeida (2007) destaca, o “jeitinho brasileiro”. Em suma, esse cenário propiciou a manutenção e reprodução desses valores por parte de cidadãos brasileiros em plena promulgação do regime democrático.

Ademais, isso aliado à questão da desconfiança em suas instituições democráticas, decorrentes do fato de parte dos brasileiros não se sentirem representados e observarem os inúmeros casos de corrupção e crimes contra o patrimônio público; gerou, em consequência, uma situação em que se observou brasileiros até apoiando a democracia *per se*, mas que desconfiaram e se viram insatisfeitos com suas instituições públicas.

Nessa perspectiva, e diante desse cenário, Jair Bolsonaro usou a estratégia de se apresentar enquanto um político que mesmo estando na política a anos, não compactuava com o sistema político



descreditado pela população. Aproveitou-se, por sua vez, do contexto propício para ser *outsider*, justamente por haver desigualdades socioeconômicas, advindas de crises econômicas, em boa medida decorrentes desse passado ditatorial e uma cultura política de apoio à “democracia delegativa”. E de ter encontrado, sobretudo, um país que detém pessoas com altos déficits educacionais, complexidade de acesso às informações, então suscetível, conforme afirma Moisés (1990), à exposição dos meios de comunicação de massa.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. “O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, vol. 3, n. 1, 1988.

ALMEIDA, C. A. **A Cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little Brown, 1965.

ALVES, M. “Campanha não oficial – A Rede Antipetista na eleição de 2014”. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, vol. 19, n. 1, 2017.

BAQUERO, M. “Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo?” **Em Debate**, vol. 2, n. 7, 2010.

BAQUERO, M. “Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, n. 4, 2001.

BAQUERO, M. “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. **Opinião Pública**, vol. 14, n. 2, 2008.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. R. **A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CHAIA, V. L. M.; BRUGNAGO, F. “A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook”. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, vol. 7, n. 21, 2014.

CIOCCARI, D.; PERSICETTI, S. “Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro”. **Revista Alterjor**, vol. 18, n. 2, 2018.

DI CARLO, J.; KAMRADT, J. “Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira”. **Revista Teoria e Cultura**, vol. 13, n. 2, 2018.

FIACADORI, G.; LERNER, C.; DE MIRANDA PINTO, R. “A. Lula na cadeia: eu fui! - uma análise comparativa do conteúdo das páginas do Movimento Brasil Livre, Movimento Contra Corrupção e VemPraRua no Facebook”. **Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2018.



FUKUYAMA, F. “Capital Social”. In: HARRISON, L.; HUNTINGTON, S. P. (orgs.) **A Cultura Importa: os Valores que Definem o Progresso Humano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

GOYA, D. H.; FIACADORI, G.; SANTOS, P. D. “A polarização ideológica no Twitter: um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018”. **Compólitica**, n. 8, 2018.

MELLO, P. C. “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. **Folha de São Paulo** [18/10/2018]. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 10/02/2019.

MOISÉS, J. A. “A desconfiança nas instituições democráticas”. **Opinião Pública**, vol. 11, n. 1, 2015.

MOISES, J. A. “Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência Brasileira”. In: MOISÉS, J. A. (org.) **Democracia e Desconfiança**. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010.

MOISÉS, J. A. “Cultura política: crítica ao funcionamento das instituições”. **Informações Cedec**, n. 4, junho, 1990.

MOISES, J. A. “Dilemas da consolidação democrática no Brasil”. **Lua Nova**, n. 16, março, 1989.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

NASCIMENTO, D. A.; NEVES, I. B. S. “Contradições do discurso político entre a liberdade de expressão e o ódio”. **Revista Profanações**, n. 1, janeiro/julho, 2017.

O’DONNELL, G. A. “Democracia Delegativa?” **Novos Estudos CEBRAP**, n. 31, 1991.

PENTEADO, C. L. C; LERNER, C. “A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff”. **Em Debate**, vol. 10, n. 1, 2018.

PESCHARD, J. **La Cultura Política Democrática**. Ciudad de México: Instituto Federal Electoral, 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REZENDE, R. “Jair Bolsonaro, populismo de derecha y fin de ciclo político”. **Revista Política Latinoamericana**, n. 7, dezembro, 2018.

SILVA, J. C. G. **A democracia brasileira entre cultura e instituições: teorias e argumentos em perspectiva comparada** (Tese de Doutorado em Ciência Política). Recife: UFPE, 2012.

SILVA, R. “Democracia Delegativa ou Vicissitudes da Transição?”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4-0, dezembro, 1995.

SILVEIRA, A. “América Latina: o ocaso da esperança? Brasil em evidência”. **Rebela**, vol. 6, n. 1, 2016.

TATAGIBA, L. “Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rouseff”. **Lusotopie**, vol. 17, n. 1, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 9 | Nº 26 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima